

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 838/2021

**DISPÕE SOBRE A ARRECADAÇÃO E
A APLICAÇÃO DE RECURSOS E AS
RESPECTIVAS PRESTAÇÕES DE
CONTAS NA CAMPANHA
ELEITORAL DA ELEIÇÃO
SUPLEMENTAR PARA OS CARGOS
DE PREFEITO E DE VICE-PREFEITO
NO MUNICÍPIO DE
JAGUARUANA/CE.**

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 30, incisos IV, XVI e
XVII, do Código Eleitoral;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do
Recurso Eleitoral nº 0600237-79.2020.6.06.0075, que deliberou pelo
indeferimento do registro de candidatura da Sra. Flávia Façanha Silva
Bezerra, declarando-a inapta a concorrer ao cargo de Vice-Prefeito, no
município de Jaguaruana/CE, para as eleições municipais de 2020, por se
encontrar a impugnada inelegível, na forma do art. 1º, II, 'I', da LC nº
64/1990;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os
procedimentos específicos relativos à arrecadação e aplicação de recursos e a
prestação de contas de campanha na eleição suplementar no município de
Jaguaruana para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito,

RESOLVE:

Art. 1º A arrecadação e a aplicação de recursos, bem
como a prestação de contas de campanha na eleição suplementar para os
cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do município de Jaguaruana obedecerão, no
que couber, ao disposto nas Resoluções TSE nº 23.607/2019, nº 23.624/2020

e nº 23.632/2020 e nesta Resolução, além das regras contidas na Lei nº 9.504/97.

Art. 2º O limite de gastos de campanha na eleição suplementar tratada nesta resolução será de R\$ 270.394,24 (duzentos e setenta mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), conforme definido na eleição Ordinária municipal de Jaguaruana, no ano de 2020, e divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º Os valores máximos de gastos relativos à candidatura de Vice-Prefeito serão incluídos naqueles pertinentes à candidatura do(a) titular.

§ 2º O descumprimento do limite de gastos fixados para campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 100% (cem por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido no *caput*, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico. (Lei nº 9.504/97, art. 18-B).

Art. 3º Os(as) candidatos(as) poderão arrecadar recursos e contrair obrigações até o dia da eleição.

§ 1º Excepcionalmente, será permitida a arrecadação de recursos após o prazo fixado no *caput* exclusivamente para quitação de despesas já contraídas e não pagas até o dia da eleição, as quais deverão estar integralmente quitadas até a data da entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

§ 2º As despesas já contraídas e não pagas até a data a que se refere o *caput* deverão ser comprovadas por documento fiscal idôneo ou por outro permitido pela legislação tributária, emitido na data de sua realização.

Art. 4º É obrigatória para os(as) candidatos(as) e partidos políticos a abertura de conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha eleitoral, vedado o uso de conta bancária preexistente (Lei nº 9.504/97, art. 22, *caput*).

§ 1º Os(as) candidatos(as) a Vice-Prefeito não serão obrigados a abrir conta bancária específica, mas, se o fizerem, os documentos respectivos deverão compor a prestação de contas dos(as) titulares.

§ 4º O Ministério Público Eleitoral terá vista dos autos da prestação de contas, devendo emitir parecer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

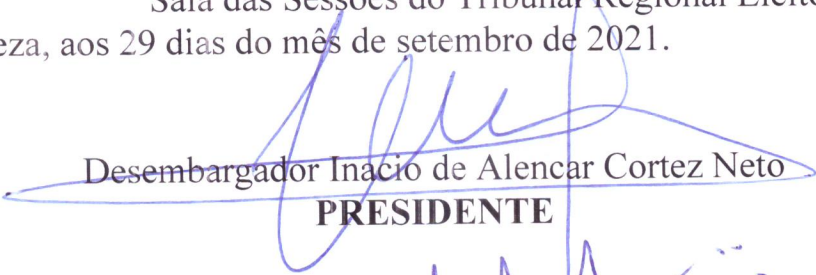
§ 5º As contas dos(as) candidatos(as) eleitos(as) deverão estar julgadas e publicadas as decisões até o dia 18 de novembro de 2021.

§ 6º As contas dos(as) candidatos(as) que não se elegerem deverão estar julgadas e publicadas as decisões até o dia 31 de dezembro de 2021.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral *ad referendum* do Plenário.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará,
em Fortaleza, aos 29 dias do mês de setembro de 2021.


Desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto
PRESIDENTE


Desembargador Raimundo Nonato Silva Santos
VICE-PRESIDENTE


Juiz de Direito Roberto Viana Diniz de Freitas
JUIZ


Juiz de Direito Francisco Eduardo Torquato Scorsafava
JUIZ


Jurista David Sombra Peixoto
JUIZ


Jurista Kamile Moreira Castro
JUIZA



Juiz Federal George Marmelstein Lima

JUIZ



Procuradora da República Lívia Maria de Sousa
PROCURADORA REGIONAL ELEITORAL